



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Movimentos Sociais e Participação Social)

**Ativismo, militância e liderança de mulheres:
Diálogos que constroem um bem-estar comum¹**

Sonia Regina Vargas Mansano²
Danielly Chistina de Souza Mezzari³
Carine Silva de Almeida⁴
Débora Pedroza Morelato⁵

Resumo

Atento a crescente participação de mulheres em movimentos sociais este projeto de extensão tem por objetivo analisar práticas ativistas de mulheres em causas sociais e ambientais no Paraná. Com abordagem qualitativa, a metodologia foi assim organizada: 1. Primeiro compreende teoricamente as diferenças e semelhanças entre ativismo, militância e liderança comunitária; 2. Na sequência apresenta práticas realizadas por mulheres que tem como balisador o bem-estar comum. Os resultados mostram que as práticas socioambientais de mulheres ainda são marcadas por julgamos morais, limites financeiros e riscos à vida. Conclui-se que há um longo caminho a percorrer para consolidação de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: mulheres; ativismo; liderança comunitária; militância; política

Abstract

Aware of the growing participation of women in social movements, this extension project aims to analyze women's activist practices in social and environmental causes in Paraná. With a qualitative approach, the methodology was organized as follows: 1. First, it theoretically understands the differences and similarities between activism, militancy and community leadership; 2. Next, it presents practices carried out by women that have the common well-being as a guideline. The results show that women's socio-environmental practices are still marked by moral judgments, financial limits and risks to life. It is concluded that there is a long way to go to consolidate an inclusive society.

Keywords: women; activism; community leadership; militancy; politics

¹ Resultado parcial do Projeto de Extensão “Ativismo e liderança de mulheres em causas sociais e ambientais: criando espaços de potencialização afetiva”, que conta com fomento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

² Psicóloga e coordenadora do projeto. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: mansano@uel.br

³ Psicóloga. Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, Docente da Universidade Estadual de Maringá, Doutora em Psicologia pela UNESP-Assis. E-mail: Danielly_mezzari@hotmail.com

⁴ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Extensionista pela Fundação Araucária. E-mail: carine.silva.almeida@uel.br

⁵ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Extensionista pela Fundação Araucária. E-mail: debora.pedroza@uel.br



1. INTRODUÇÃO

A participação de mulheres em atividades de ativismo, militância e liderança comunitária, tendo como foco as causas sociais e ambientais, é crescente em nosso país. Tal atuação ganha relevância por potencializar a vida coletiva em um cenário marcado pela ampla disseminação histórica de diferentes formas de discriminação, preconceito e exclusão social. Essas últimas servem como suporte para intensificação da marginalização de grupos sociais minoritários e da destruição ambiental (FIGUEIREDO; SAWAIA, 2019). As autoras consideram ainda que as desigualdades sociais não são homogêneas e colocá-las no mesmo patamar implica um equívoco histórico que dificulta sua análise crítica. Em sua percepção, as desigualdades “variam em grau e intensidade de acordo com o sistema políticoeconômico em determinados tempos e territórios históricos e são mediadas por fatores específicos que atravessam a cultura hegemônica” (p. 10). Como as práticas de enfrentamento a essa situação são consolidadas em um cenário limítrofe que coloca em risco a vida coletiva e as relações com o meio ambiente?

Para percorrer e analisar esse campo problemático foi iniciado em 2022 o projeto de extensão denominado “Ativismo e liderança de mulheres em causas sociais e ambientais: criando espaços de potencialização” (UEL, 2022) sediado na Universidade Estadual de Londrina. O projeto delineou como objetivo geral conhecer e analisar os impasses, desafios e risco em defesa da vida que são assumidos por ativistas e líderes das causas sociais e ambientais com vistas a intervenções grupais de potencialização. Como desdobramentos para mobilizar a temática foram definidos os seguintes objetivos específicos: Compreender, valendo-se de uma perspectiva interdisciplinar, os fundamentos filosóficos, teóricos e conceituais que sustentam as práticas do ativismo e da liderança ligados a causas sociais e ambientais; Identificar as frentes de ativismos social e ambiental protagonizadas por mulheres e instituições do estado do Paraná, descrevendo suas estratégias de intervenção e seus principais resultados; Propor e realizar grupos de diálogo com mulheres ativistas e líderes a fim de criar uma rede social de apoio afetivo que potencialize a troca e a elaboração das experiências vividas, bem como o compartilhamento das conquistas e dificuldades enfrentadas nessa prática; e formar profissionais da Psicologia e áreas afins para intervir junto a mulheres vinculadas a causas sociais e ambientais durante e após sua formação universitária em nível de graduação e pós-graduação.

O projeto é dirigido ao público de mulheres residentes no estado do Paraná que exercem alguma prática de ativismo, liderança ou militância no campo socioambiental. Encontramos nesses três termos um leque amplo de práticas que vão desde a defesa de direitos humanos até a proteção da natureza em suas mais variadas dimensões. Assim, partimos da perspectiva de que conhecer as ações e histórias dessas mulheres coopera



para dar visibilidade às práticas voltadas para o bem-estar comum de humanos e não humanos (HARDT; NEGRI, 2016), bem como contribui para dar consistência às possibilidades de construir uma sociedade socialmente inclusiva e afetivamente expansiva.

Ao final do trajeto, almejamos que tanto as investigações teóricas quanto as intervenções situadas com mulheres contribuam para fortalecer uma análise ao mesmo tempo sensível e crítica acerca dos desafios enfrentados por ativistas, militantes e líderes. Além disso, o projeto pretende contribuir para que governos e instituições sejam sensibilizados sobre a relevância de firmar políticas públicas e institucionais pautadas na vida relacional expansiva, com prioridades dirigidas a práticas inclusivas e fortalecimento de vínculos afetivos.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Adotando uma perspectiva qualitativa, o projeto busca conhecer e problematizar histórias de vida de mulheres engajadas em práticas ativistas, militantes e de liderança nas causas sociais e ambientais. A análise qualitativa permite, ao mesmo tempo, conhecer conceitualmente as implicações políticas dessas práticas, com vistas a compreender sua importância na construção sócio-histórica das suas intervenções, bem como acessar histórias de vida cujas ações trazem efeitos nos laços microssociais de potencialização das comunidades (MINAYO, 2011). Nas palavras da autora, qualquer que seja o problema a ser apreciado nas Ciências Sociais, ele será de cunho “histórico” (p. 13). O que isso implica? Que as sociedades “vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social” (p. 13).

Acolhendo essa perspectiva, foram delineados dois momentos deste projeto de extensão que serão relatados nesta apresentação: Primeiramente, o projeto voltou-se para a compreensão conceitual das diferenças e semelhanças presentes nas práticas de ativismo, liderança e militância. Nesta fase foram utilizados teóricos ligados à Sociologia (NEGRI; HARDT, 2016), da Filosofia (GUATTARI, 1997) e da Política (ARCARY, 2022) que permitiram uma imersão conceitual sobre as práticas políticas realizadas no cotidiano.

Na sequência, como parte de intervenção, o projeto buscou identificar mulheres e instituições dedicadas às causas sociais e ambientais no estado do Paraná. Foram convidadas seis mulheres que compuseram um evento de extensão denominado “I Ciclo de Diálogos: ativismo e liderança de mulheres”, realizado entre os meses de março e outubro do ano de 2023. As mulheres foram estimuladas a expor suas experiências de atuação



política, mencionando os pontos de avaliavam como relevantes para compartilhar e debater com os participantes do evento, especialmente: sua experiência na atividade, trajetória de vida, vinculação com as práticas comunitárias, bem como os desafios, limites e aberturas que se fazem presentes em suas intervenções.

Ao associar teoria e prática, o projeto abriu um espaço de diálogo pelo qual foi possível conectar as noções de bem-estar comum, desenvolvida por Hardt e Negri (2016), o conceito de política exposto por Arcary (2022) e a noção de afeto ancorada em Deleuze (1997) e Guattari (1997). Seus resultados, expostos na sequência, foram divididos em dois momentos: a parte conceitual e a parte de intervenção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais do projeto, relativos à pesquisa conceitual sobre o tema em pauta, evidenciaram que as práticas políticas de mulheres estão espalhadas por diferentes locais do planeta e, mais especificamente no Brasil, cresceram acentuadamente desde a segunda metade do século XX (GIARETTA, 2018). Sua relevância é inquestionável e, ao mesmo tempo, bastante perigosa dada à presença dos índices de violência contra ativistas de causas sociais e ambientais disseminada em nosso país. De acordo como Betim (2020), o Brasil é um dos países que mais mata ativistas ambientais no mundo, concentrando o maior índice dessa violência no estado do Amazonas que abriga nosso maior território florestal. Para agravar a situação, as vítimas dessa violência e/ou seus familiares têm dificuldade para encontrar amparo legal que viabilize a investigação efetiva dos crimes sofridos.

Hardt e Negri (2016) mostram que o cenário contemporâneo encontra-se marcado por “guerras, sofrimento, miséria e exploração” (p. 7) que cada vez mais assolam “nosso mundo globalizado” (p. 7). Enfrentar essas situações limítrofes é o desafio colocado a quem atribui valor à política, à vida e à coletividade. Assim, os autores mencionam a relevância de efetivar no cotidiano relacional a busca por um bem-estar comum que não está garantido, mas demanda intervenções cada vez mais situadas e disseminadas por parte de um coletivo ou multidão a ser criado e expandido. Em suas palavras: “Uma democracia da multidão só é imaginável e possível porque todos compartilhamos do comum e dele participamos” (p. 8).

Interessante notar que os autores definem o termo ‘comum’ em duas dimensões. Primeiro, descrevendo a “riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza” (p. 8). Na sequência, os autores falam dos “resultados da produção social” (p. 8) elencados como “os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante” (p. 8). Cabe considerar, então, que uma política do



comum é capaz de colocar as dimensões naturais e sociais a serviço da coletividade. Isso, em suas análises, demanda uma “instituição revolucionária que a multidão pode pôr em movimento” (p. 13).

Historicamente, as mulheres têm participação relevante nesse movimento de defesa da vida de humanos e não humanos, realizando ações com diferentes abrangências que vão do âmbito local ao mundial. As lutas políticas por elas engendradas passam pelas diferentes facetas dos direitos humanos com especial atenção à inclusão social de minorias até a reivindicação da preservação e ampliação ecológica da qualidade de vida dos viventes que coabitam em nossos territórios. Suas ações variam entre ativismo, militância e liderança comunitária sendo cada uma dessas práticas realizadas em sintonia com valores ligados ao que Hardt e Negri denominam como “bem-estar comum” (2016, p. 13). Cabe compreender o que cada um desses termos evoca quando consideramos as ações concretas.

De acordo com Pinheiro (2012), a liderança comunitária, atuando em uma esfera microssocial, busca

apoiar a formação de fóruns para discussão coletiva, fortalecer os conselhos e associações comunitárias, desenvolver ações compartilhadas por um maior número de pessoas, implementar e gerir programas sociais, elaborar, em conjunto com o Estado, ações integradas visando à melhoria da comunidade, estabelecer parcerias e redes, acreditar na capacidade de cada pessoa da comunidade e procurar fortalecê-la articulando as ações em que a comunidade possa aparecer” (PINHEIRO, 2012, p. 5).

Nota-se que sua efetuação ocorre em espaços afetivos e geograficamente delimitados e se voltam a demandas específicas de um grupo imerso em situação crítica de riscos à existência que busca se organizar para reivindicar e fazer valer aqueles direitos que atendam a necessidades vitais e presentificadas.

O termo ativismo é apresentado de modo abrangente por Veiga Neto (2012) que, recorrendo à etimologia, assim o descreve: “*ativismo, ativar, atitude, ação, agitar, atuar e agir* fazem parte de um mesmo campo semântico que nos remete à forma latina *agĕre*: *ag* (adiante, para frente) + *gerĕre* (produzir, carregar, proceder) = impelir para frente, fazer avançar” (p. 273). Dando mais contornos a esta noção, o autor acrescenta tratar-se de:

um conjunto de ações, mas agora não é a dimensão coletiva que interessa em primeiro lugar; antes do agir coletivo, o que mais conta para o ativista é o seu compromisso ético com os outros e consigo mesmo. Tal compromisso ético do ativista implica tanto uma atitude de verdade e coerência consigo mesmo e nas relações que mantém com os outros, quanto a sua permanente reflexão e contínuos reajustamentos que devem proceder em razão de um ininterrupto cotejamento entre os seus pensamentos e as suas ações (VEIGA NETO, 2012, p. 273).

É notável que os valores pessoais, quando estendidos a causas específicas que fortalecem o bem-estar comum, estão presentes nas práticas que as ativistas colocam em curso. Isso cria uma visibilidade política e uma análise crítica da organização social vigente



com vistas a fomentar ações que visam mitigar as desigualdades sociais e fazer valer o acesso aos direitos definidos legalmente.

De modo mais específico atua a militância. Arcary (2022), em uma apreciação ao mesmo tempo sensível e crítica do tema, reportando-se as ações mais ligadas a filiações partidárias descritas como sendo de esquerda, faz a seguinte consideração: “A militância se sustenta na esperança de possivelmente transformar o mundo e diminuir a injustiça, a desigualdade, a exploração, a opressão e a tirania” (p. 86). Assim, suas práticas se consolidam como “uma resposta às condições políticas e sociais que perpetuam o sofrimento humano” (p. 86). Descrevendo a atuação de tais agentes, Arcary chama a atenção para dimensões que vão muito além da causa defendida. Elas englobam um conjunto díspar e multifacetado de afetos expressos e experimentados nas causas sociais e ambientais, que envolve frustração, competição, temor e angústia diante das adversidades enfrentadas, cujos resultados nem sempre são alcançados de modo satisfatório. Em sua análise: “Militantes são lutadores com capacidades, habilidades, inclinações e também disposições diferentes” (p. 104). E acrescenta: “Todos são necessários na luta anticapitalista” (p. 104).

Os três termos aqui apresentados evidenciam semelhanças e diferenças, bem como aproximações e distanciamentos. Simultaneamente, eles deixam entrever que o conjunto de agentes é situado histórica e criticamente, tendo suas trajetórias de vida marcadas pelo reconhecimento do quão relevante são as práticas coletivas para sustentar políticas de inclusão e proteção. Foi o que pudemos constatar na parte interventiva do projeto de extensão aqui expondo. Nela recebemos seis mulheres que atuam na cidade de Londrina/PR, as quais expuseram suas histórias e as causas defendidas.

Já na parte interventiva do projeto, em que as mulheres convidadas expuseram suas experiências políticas de intervenção social e ambiental, foi possível avançar na compreensão dessas ações a partir de relatos concretos de situações específicas. Afinal, o que aprendemos com essas mulheres? Elencamos aqui oito constatações que consideramos as mais relevantes que foram trazidas no decorrer dos diálogos realizados no evento:

1. As histórias de vida dessas mulheres funcionaram como disparadoras da preocupação e cuidado com uma esfera específica da vida que é a coexistência, a cooperação e o bem comum, tal como definido com Hardt e Negri (2016). Assim, essas ações mobilizam os diferentes “sentidos e capacidades” (p. 54) de agentes sociais para estabelecer novas conexões com o mundo, dentre as quais os autores elencam a relevância de “ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, contemplar, perceber, agir, amar” (p. 54). Tais dimensões, diante da aceleração produtivista capitalista, nem sempre encontram espaços para serem realizadas.



2. As ações de ativismo, liderança e militância empreendidas por mulheres junto a grupos sociais ocorrem de modo organizado, tendo como sustentação um coletivo que se alia para identificar e analisar seus problemas, tomar decisões e planejar estratégias situadas para acessar a comunidade. Guattari (1977) coopera na compreensão dessa dimensão interventiva ao mostrar a “necessidade de uma abertura dos problemas da vida cotidiana nas instituições em direção a toda uma micropolítica, todo um militantismo de um novo tipo” (p. 66). Esse novo tipo deixa entrever que algumas convicções e mesmo alguns movimentos podem vir a ser abandonados a fim de afirmar a potência atual de indivíduos, grupos e instituições, os quais estão em constante movimento de produção, revisão das práticas e transformação.

3. As ações são permeadas por polêmicas, o que dá indícios de que um exercício político de discussão e debate pode ser colocado em curso com o foco no fortalecimento das argumentações, críticas e revisões. Arcary (2022) chama a atenção para o fato de que, no exercício político, “toda polêmica tem seu tempo. Algumas se resolvem com mais rapidez, outras exigem anos e paciência” (p. 40). A abertura e as dificuldades geradas para acolher as polêmicas foi uma marca trazida em todos os diálogos estabelecidos com as mulheres.

4. As mulheres ensinaram também a relevância de manter uma atenção seletiva aos encontros e afetos expressos nas ações voltadas à coletividade. Nem sempre os encontros coletivos são potencializadores e acolhedores. Assim, há que se manter uma escuta analítica daqueles que favorecem o coletivo bem como daqueles que levam ao seu desgaste e frustração. Não há, portanto, garantias nas alianças firmadas nos e entre os grupos. Isso se deve ao fato de que os encontros e os afetos experimentados são múltiplos, móveis e transitórios, exigindo a cada momento uma análise sensível acerca dos elos e rompimentos proporcionados pelos encontros com os aumentos e diminuições de potência que eles engendram (DELEUZE, 1997).

5. Em alguns casos, as mulheres mostraram que a prática do ativismo começa como uma iniciativa individual que, aos poucos, pode ganhar adesão coletiva e avançar para a sua institucionalização. Esta última pode vir a fortalecer a causa, ainda que, em alguns momentos, pareça cristalizar o processo e/ou impedir o movimento. Carvalho e Mansano (2019) chama a atenção para o quanto a implicação com práticas políticas demanda não apenas a conscientização da sua importância como também a construção desejante de vínculos efetivos e políticas públicas comprometidas com as causas defendidas.

6. Outro ponto enfatizado por algumas mulheres durante os diálogos foi o fato de que acontecimentos limítrofes, como o caso da pandemia de COVID-19, abalam práticas que já estavam definidas, estruturadas e conhecidas. Isso coloca o conjunto de agentes sociais diante de desafios difíceis de serem enfrentados, analisados e superados, como por exemplo, o isolamento e o distanciamento sociais decretados nos anos entre 2020 e 2022



como medidas de biossegurança ante a pandemia. Tal fato exigiu novas estratégias de contato com a população, colocando as denominadas Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) em destaque na organização dos movimentos sociais. De acordo com Giaretta (2018), as TICs já são uma realidade nos empreendimentos sociais e seu uso é crescente na organização em torno de causas sociais e ambientais.

7. Cabe mencionar também que, de acordo com as mulheres, as sensações de solidão e fracasso, por vezes, podem ser marcantes e dificultar as vinculações com as causas defendidas. Em tempos de enfrentamos coletivos, polarização política e atitudes agressivas, compreender o cenário afetivo tornou-se uma condição primordial para manter algum nível de saúde mental. Arcary (2022) alerta que recentemente “surgiu no Brasil uma corrente neofascista, com influência sobre dezenas de milhões de pessoas, que defende ideias absurdas, cruéis e grotescas” (p. 80). A maneira rude como essa corrente foi disseminada e as notícias falsificadas foram postas em circulação por uma indústria tecnológica informatizada trouxe graves repercussões sobre as mulheres e suas ações políticas que culminaram, inclusive, em reações violentas.

8. Por fim, enfrentar as grandes idealizações que circulam no social como se fossem naturais é algo que atravessa as práticas que buscam o bem-estar comum. Nesse sentido a consideração de Guattari (1997) sobre a importância de ações políticas atentas ao movimento de revisão, renovação e devir é relevante. As próprias ideias de ativismo, liderança e militância sofrem com as idealizações que lhes são atribuídas. Elas podem seguir tanto na direção de ações e pessoas avaliadas como ‘salvadoras’, quando caminhar no outro extremo que envolve uma espécie de ‘demonização’ das suas ações, a depender da perspectiva em que são analisadas. As mulheres ensinaram que tanto uma direção quanto outra são perigosas à medida que não consideram a vida humana com seus acertos e erros, proximidades e distanciamentos, os quais são apagados diante da hipervalorização glamourizada ou da desqualificação pessoal.

4. CONCLUSÕES

O projeto de extensão aqui descrito encontra-se em andamento. Assim, diante dos resultados parciais alcançados até o momento destacamos dois movimentos: a avaliação daquilo que já foi compreendido na companhia de autores que se dedicam ao tema e a análise sensível daquilo que ainda pode vir a se afirmar na prática política efetiva dessas mulheres.

Na primeira direção avaliativa foi possível compreender que a diferença entre os termos que compõem o leque de atuação política das mulheres é relevante tendo em vista



as especificidades de abrangência, territórios, institucionalização e disseminação pública das ações realizadas. A internet, referência utilizada para identificar essas práticas, tem sido um canal não apenas facilitados de escoamento das informações, como também um conector de diferentes mulheres e movimentos sociais, fato que demanda mais atenção para produção de conhecimentos.

Já na direção qualitativa das análises sobre o que ainda pode se afirmar nas práticas das mulheres vimos que há um longo caminho a ser percorrido. Parte significativa das ações ocorre em uma dimensão microssocial difícil de ser detectada e acessada, exigindo sensibilidade para identificar, aproximar-se, criar vínculos de confiança e conhecer as histórias dessas mulheres. Isso se deve ao fato de que a ação de mulheres nas causas sociais e ambientais advém de uma história pessoal que marcou sua existência ao ponto de sensibilizá-las a atuação junto a alguma causa que prioriza o bem-estar comum. Em alguns momentos, em uma vertente mais institucionalizada, essa causa é defendida em grupos organizados amparados por instituições que criam procedimentos para disseminar suas ações e conquistar adesão pública, o que facilita sua identificação. Em outros, a atuação ocorre por ações específicas e pontuais que se concluem tão logo a resolução, ainda que parcial, seja alcançada. A constatação desse leque de atuações cooperou dar direção a identificação dessas mulheres nas mídias sociais uma vez que o processo de levantamento dos documentos de domínio público das práticas nem sempre é fácil de ser realizado.

Por fim, cabe dizer que apesar de estar em andamento, o presente projeto avançou na compreensão política e afetiva dos sentidos que essas mulheres atribuem às ações de ativismo, liderança e militância. Sendo alvo de idealização, que oscila entre a glamourização e a desqualificação, há dificuldades de reconhecer as ações políticas no cotidiano e a relevância que cada agente social possui na construção de uma sociedade mais inclusiva a atenta a potencialização da vida em suas diferentes dimensões.

À Psicologia Social cabe acolher o desafio de identificar e acessar as micropolíticas relacionais (SAWAIA, 2014) que marcam nosso tempo histórico a fim de compreender as nuances presentes nas mudanças que estão em curso nas diferentes ações de defesa da vida relacional, afetiva e coletiva. Aproximar-se das mulheres e das suas histórias de atuação política está sendo um passo efetivo nessa direção.

5. REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **Ninguém disse que seria fácil**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BETIM, F. Brasil é o terceiro país mais letal do mundo para ativistas ambientais, só atrás de Filipinas e Colômbia. **El país**. 28 jul 2020. Disponível em:



<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-28/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-letal-do-mundo-para-ativistas-ambientais-so-atras-de-filipinas-e-colombia.html>

CARVALHO, P. R., & MANSANO, S. R. V. Ecologia e mobilização social: um desafio para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39. p. 1 – 13, 2019. Doi

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003188690>

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FIGUEIREDO, E., & SAWAIA, B. Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, 25(2), p. 659-670, 2019. Doi:

<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p659-670>.

GIARETTA, J. B. Z. TIC e movimentos sociais no urbano do século 21: interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2018.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GUATTARI, F. **As Três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1997.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

PINHEIRO, D. R. C. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**. São Paulo: Edições N – 1, 2018.

SAWAIA, B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? **Rev. Psicol. Soc.** 26(2), pp. 4-17, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002>

UEL. Projeto de Extensão. **Ativismo e liderança de mulheres em causas sociais e ambientais: criando espaços de potencialização afetiva**, 2022. Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/system/prj/pex/pdf/pex_projetoscadastrados_2024-01-23_08-23-26.pdf

VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50, maio-ago. 2012.